

Técnico Superior de Biblioteca e Documentação de 2ª classe — Estagiário — com início a 5 de Novembro de 2007, com a seguinte trabalhadora:

Susana Farias Antunes Farinha — Escalão 1 — Índice 321

5 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Armando Mendonça Varela*.

2611066490

## CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

### Aviso n.º 23472/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, o funcionário Joaquim Roxo da Silva, com a categoria de cantoneiro de limpeza, passou a licença sem vencimento de longa duração a partir de 6 de Novembro corrente.

19 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

2611066124

## CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

### Aviso (extracto) n.º 23473/2007

#### CONCURSO EXTERNO PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR DE ACESSO PARA A CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DE 1ª CLASSE DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR DE DESPORTO

1 — Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do signatário de 27 de Setembro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo para um lugar de acesso para a categoria de Técnico Superior de 1ª Classe da carreira de Técnico Superior de Desporto do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 de 14 de Novembro de 2006 (apêndice n.º 81), nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 02 de Junho, para exercer funções no Departamento de Acção Social e Cultural — Sector de Desporto.

2 — Conteúdo e área funcional:

Conteúdo funcional: É o constante do Despacho n.º 15182/2003, publicado no *Diário da República* IIª Série de 05/08/2003.

2.1 — Área funcional: Desporto.

3 — Prazo de validade: o concurso é válido para o lugar indicado esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Local, condições de trabalho e vencimento: O local de trabalho situa-se na circunscrição do Município de Torres Vedras, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da Administração Local. O vencimento resultará da aplicação do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Requisitos de admissão — Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho, só podem ser admitidos a concurso os candidatos que reúnam os requisitos gerais e especiais e que deles façam prova pelas formas previstas no 6.2. do presente aviso dentro do prazo para entrega de candidaturas:

5.1 Requisitos gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 Requisitos especiais de admissão: Só serão admitidos os candidatos que, cumulativamente, preenchem os seguintes requisitos:

- Licenciatura em Ciências do Desporto — Menção Gestão do Desporto ou Licenciatura em Gestão do Desporto;
- Possuir qualificação e experiência profissional de duração não inferior à normalmente exigível para acesso à categoria de 1ª Classe (3

anos), ou habilitação ao nível de Mestrado ou Doutoramento no âmbito do Desporto.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Av. 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, podendo ser entregues pessoalmente nesta Câmara na Secção de Expediente Geral e Arquivo para registo de entrada, ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas. Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, n.º e data do bilhete de identidade e serviço de identificação emissor, n.º de contribuinte fiscal, morada, código postal);
- Identificação do concurso a que se candidata, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;
- Especificação de quaisquer outros elementos susceptíveis de influírem na apreciação do mérito ou constituírem motivo de preferência legal.

6.2 O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, nos termos dos artigos 30.º e 31.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho:

- “Curriculum Vitae” actualizado, detalhado, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e ou profissionais, formação profissional e experiência profissional.
- Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão a concurso, referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, ou, declaração do candidato, sob compromisso de honra, e por alíneas separadas, sobre a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.
- Documento comprovativo dos requisitos especiais (habilitacionais e ou profissionais) referido no ponto 5.2. do presente aviso mediante a entrega dos certificados ou outros documentos idóneos (fotocópia ou original).

6.3 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei.

6.4 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei 204/98, 11 de Julho, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos no presente aviso determina a exclusão do concurso.

6.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descrever, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

7 — Métodos de selecção:

7.1 — Os métodos de selecção a utilizar serão: Prova Oral de Conhecimentos (POC) e Entrevista Profissional de Selecção (EPS).

7.2 — Classificação final (CF) — será dada numa escala de 0 a 20 valores e calculada pela média aritmética simples, das notas atribuídas aos métodos de selecção acima referidos, conforme a seguinte fórmula:  $CF = (POC + EPS) / 2$ , considerando-se não aprovados os que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

7.3 A Prova Oral de Conhecimentos será de natureza teórica, com consulta, sendo a sua classificação expressa na escala de zero a vinte valores, tendo uma duração máxima de 15 minutos.

7.3 — 1. Programa da Prova Oral de Conhecimentos: Deontologia Profissional — Dez Princípios Éticos da Administração Pública; Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, rectificado pela Declaração, de 30/04/84, publicada no *Diário da República* I 100 (3.º suplemento); Organização dos Serviços Municipais — Publicada no *Diário da República* n.º 204, IIª Série, apêndice n.º 135, de 4 de Setembro de 2003; Decreto-Lei n.º 100/93, de 23 de Maio, que aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a Observar na Concepção, Instalação e Manutenção das Balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e de Pólo Aquático e dos Equipamentos de Basquetebol Existentes nas Instalações Desportivas de Uso Público, na sua actual redacção; **Lei n.º 169/99**, de 18 de Setembro, que Estabelece o quadro de competências, assim como o Regime Jurídico de Funcionamento, dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, na sua actual redacção; **Lei n.º 159/99**, de 14 de Setembro, que Estabelece o quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais, na sua actual redacção.

7.4 — Na Entrevista Profissional de Selecção serão avaliadas as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o desempenho da função, com base nos seguintes factores de apreciação: Modo de participação na entrevista, capacidade de expressão e fluência verbal, capacidade de relacionamento interpessoal, adaptação do percurso profissional e académico às funções a exercer e motivação para as funções a exercer.

7.5 Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção aplicáveis, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta prévia de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — A Lista de candidatos admitidos será afixada no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Av. 5 de Outubro, em Torres Vedras, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. A notificação dos candidatos excluídos será realizada nos termos do artigo 34.º do mesmo diploma. A publicitação da Lista de Classificação Final será feita nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

9 — Composição do júri — Presidente: Dr. Rodrigo Antolin da Cunha Ramalho, Chefe da Divisão de Acção Social. Vogais Efectivos: Dr.ª Joana Cecílio Barradas, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Dr. Rui Jorge Nunes Brás, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo. Vogais suplentes: Dr.ª Mylene Gomes Barata Salgueiro, Chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património e Dr. Sérgio Paulo Matias Galvão, Vereador.

15 de Novembro de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611065965

#### Aviso (extracto) n.º 23474/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 19 de Novembro de 2007, foi nomeada para provimento de um lugar de Engenheiro Civil Assessor, a candidata classificada em 1.º lugar no concurso efectuado, Isabel Maria Martins Policarpo.

19 de Novembro de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611066236

### CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

#### Aviso (extracto) n.º 23475/2007

Para cumprimento do disposto da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro e suas alterações, torna-se público que por meu despacho de 19 de Novembro do corrente ano, nomeei para a categoria de Técnico Superior de Psicologia de 2.ª Classe — 1 vaga, a candidata melhor classificada no concurso externo de ingresso a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20 de 15 de Janeiro 2007, Ana Margarida de Pinho Vigário,

a qual, nos termos do artigo 11 do Decreto-Lei acima referido, deverá tomar posse no prazo de 20 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A nomeação em causa não se encontra sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atendendo ao disposto do n.º 1 do artigo 46.º conjugado com o n.º 1 do artigo 114 da Lei n.º 98/97 de 26 de Agosto.

19 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competências delegadas, *Manuel Augusto de Bastos Carvalho*.

2611066282

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

#### Aviso n.º 23476/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. 177/01, de 4 de Junho e por despacho de Vereador da Área de Planeamento e Gestão Urbanística de 2007/10/29, proferido no uso de competência subdelegada pelo Presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa à alteração do lote n.º 54 do loteamento a que se refere o processo 947/73, em que é interessado Maria Prozil Videira de Abreu Pereira, durante o período de 15 dias, com início no primeiro dia útil à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis das 09 horas às 12.30 horas e das 14 horas às 15.30 horas, no Edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares — Secção de Atendimento e Comunicação.

16 de Novembro de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *Joaquim Luís Nobre Pereira*.

2611065925

### CÂMARA MUNICIPAL DA VIDIGUEIRA

#### Aviso n.º 23477/2007

#### Alteração ao quadro de pessoal

Para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, torna-se público que foi aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara de 12 de Setembro de 2007, e por maioria com doze votos a favor e quatro abstenções em Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2007, a proposta de alteração do quadro de pessoal, que a seguir se reproduz.

18 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Luís da Rosa Narra*.

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria	Lugares			Obs.
			Vagos	Providos	Total	
Dirigente e Chefia . . . . .	—	Chefe de Divisão . . . . .	2	1	3	
Chefia . . . . .	—	Chefe de Secção . . . . .	1	3	4	
Técnico Superior . . . . .	Arqueólogo . . . . .	Assessor principal . . . . .	0	1	1	a)
		Assessor . . . . .				
		Técnico Superior principal . . . . .				
Técnico superior de 1ª classe . . . . .						
Técnico superior de 2ª classe . . . . .						
Arquitecto . . . . .	Assessor principal . . . . .	Assessor . . . . .	1	1	2	a)
		Técnico Superior principal . . . . .				
		Técnico superior de 1ª classe . . . . .				
		Técnico superior de 2ª classe . . . . .				
		Estagiário . . . . .				
Biblioteca e Documentação . . . . .	Assessor principal . . . . .	Assessor . . . . .	1	0	1	a)
		Técnico Superior principal . . . . .				
		Técnico superior de 1ª classe . . . . .				
		Técnico superior de 2ª classe . . . . .				
		Estagiário . . . . .				